

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Definição e Aplicação:

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, regula o tratamento de dados pessoais por empresas, órgãos públicos e indivíduos no Brasil. Seu objetivo principal é garantir a privacidade e segurança dos dados pessoais, estabelecendo regras claras sobre coleta, armazenamento, uso e compartilhamento dessas informações.

A LGPD se aplica a qualquer entidade, pública ou privada, que realize o tratamento de dados pessoais de cidadãos brasileiros, independentemente do local onde a empresa está sediada.

Multas e Penalidades:

O descumprimento da LGPD pode resultar em sanções administrativas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme o Artigo 52 da LGPD. As penalidades incluem:

Advertência (para infrações menores).

- Multa simples: até 2% do faturamento da empresa, limitada a R\$ 50 milhões por infração.
- Multa diária: conforme o impacto da infração, até o limite de R\$ 50 milhões.
- Publicização da infração: obrigando a empresa a divulgar publicamente que descumpriu a lei.
- Bloqueio ou eliminação dos dados pessoais tratados de forma irregular.

Exemplos de Multas Aplicadas

- Telekall Infoservice (2023) – R\$ 14.4 mil
Motivo: Venda de dados pessoais sem consentimento.
Decisão: Primeira multa aplicada pela ANPD, demonstrando a fiscalização ativa da agência.
- Banco C6 Consignado (2023) – Multa de R\$ 792 mil
Motivo: Coleta de dados sem consentimento para oferta de crédito.
Decisão: ANPD considerou que a empresa não cumpriu requisitos de transparência.
- Clearview AI (2022) – Multa de R\$ 50 milhões
Motivo: Coleta ilegal de imagens faciais de brasileiros para reconhecimento facial sem consentimento.
Decisão: Empresa foi proibida de atuar no Brasil e teve que deletar os dados coletados.
- Meta (Facebook) – Multa de R\$ 6,6 milhões (2022)
Motivo: Compartilhamento indevido de dados de usuários brasileiros com terceiros, incluindo a consultoria Cambridge Analytica.
Decisão: Multa aplicada pelo Procon-SP com base na LGPD e no Código de Defesa do Consumidor.

Conclusão:

A LGPD protege a privacidade dos brasileiros e impõe sanções rigorosas a empresas que tratam dados de forma indevida. Empresas precisam adotar medidas como termo de consentimento, segurança cibernética e transparência, evitando penalidades que podem comprometer sua reputação e finanças.